

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA
REALIZADA NA CIDADE DE
PARANAGUÁ, NO DIA 1º DE
FEVEREIRO DE 2017, PARA
APRESENTAÇÃO DO EIV – ESTUDO
DE IMPACTO DE VIZINHANÇA DO
TERMINAL PÚBLICO DE ÁLCOOL DE
PARANAGUÁ – TEPAGUÁ.**

MESTRE DE CERIMÔNIA: Senhoras e Senhores, boa noite. Sejam bem-vindos à Audiência Pública de apresentação do Estudo de Impacto de Vizinhaça, EIV, do Terminal Público de Álcool de Paranaguá – TEPAGUÁ. Nesta data, dia 1º de fevereiro de 2017, neste Salão de eventos do Santuário Estadual de Nossa Senhora do Rocio.

Para darmos início a esta solenidade, gostaria de chamar para abrir a presente Audiência Pública, representando a Prefeitura Municipal de Paranaguá, Ana Cristina Negoseki – Superintendente de Planejamento Urbano da Prefeitura Municipal de Paranaguá. (Palmas)

SRA. ANA CRISTINA NEGOSEKI: Boa noite a todos. Primeiramente gostaria de agradecer pelas presenças e dizer que estou aqui representando o Secretário Municipal de Urbanismo, senhor Jean. Declaro aberta, então, esta Audiência Pública para apresentação desse Estudo de Impacto de Vizinhaça.

MESTRE DE CERIMÔNIA: Registramos a presença das seguintes autoridades: Raphael Rolin de Moura – Secretário Municipal de Meio Ambiente; Morgana Santos Gonçalves – Secretária Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento; Giordano Reinert – Secretário Municipal de Indústria e Comércio; Levi de Andrade – Secretário Municipal de Assistência Social; Brian Roque – Secretário Municipal do Trabalho e Emprego; Cleverson Ribeiro Miguel; Vereador Ratinho; Bruno Guimarães – Diretor de Meio Ambiente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina. Agradecemos, ainda, a presença da

Dra. Elaina Ebert – representando a Diretoria Jurídica da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, e, ainda, Débora Fernanda Kolososki – 1ª Tenente do Corpo de Bombeiros aqui de Paranaguá e a presença do senhor Paulo Sérgio de Carvalho – Presidente da Umamp – União Municipal das Associações de Moradores de Paranaguá.

Gostaríamos de chamar o senhor Cesar Lourenço Soares Neto para fazer a apresentação do EIV em nome da equipe técnica que realizou o Estudo do Terminal de Álcool de Paranaguá.

SR. CESAR LOURENÇO SOARES NETO (Consultoria): Boa noite a todos. Gostaria de saudar as autoridades presentes, da mesma forma é um imenso prazer ver todos munícipes de Paranaguá interessados em discutir esse Estudo de Impacto de Vizinhança.

O importante, desde logo, é esclarecermos que esse Estudo de Impacto de Vizinhança ele está sendo apresentado em decorrência de um acordo judicial celebrado em uma Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal. Então, esse Estudo de Impacto de Vizinhança tem, por finalidade, apresentar os impactos tanto positivos quanto negativos do Terminal Público de Álcool já existente. Não estaremos tratando de novas construções de ampliação, esse Estudo de Impacto de Vizinhança ele reflete os impactos do terminal já existente aqui em Paranaguá.

Alguns avisos iniciais. Teremos a apresentação, na sequência da apresentação teremos um intervalo onde será oferecido um coffee break e, também, ali, na entrada, as recepcionistas estarão entregando as fichas de inscrição para que sejam feitas as perguntas que serão respondidas após esse intervalo. Após esse coffee break. Quem não quiser fazer a pergunta por escrito poderá se inscrever para depois fazer o uso da palavra, e será chamado pelo Mestre de Cerimônia. Outro aviso importante. Temos ali, no canto, bem no canto direito de vocês que estão olhando para mim, uma via do Estudo de Impacto de Vizinhança. Quem

quiser realizar a consulta, então, de alguma questão o Estudo está ali para ser manuseado.

Um último aviso diz respeito a este material. Este material é um material meramente informativo e ilustrativo do Estudo de Impacto de Vizinhança. Provavelmente todos vocês receberam na entrada esse documento, onde constam as principais informações que estarão sendo apresentadas aqui para vocês hoje.

Agora sim, o último ponto, após essa discussão, qualquer pessoa também poderá encaminhar à Prefeitura Municipal qualquer questionamento, por escrito, e a Prefeitura, logicamente, estará pronta para atendê-los e recebê-los. Esse Estudo que estará sendo apresentado a vocês diz respeito ao Terminal Público de Álcool, exatamente aquele que vocês estão vendo nesta imagem ali, com uma flechinha embaixo do TEPAGUÁ. Esse Terminal Público é um terminal já construído. Aliás, a sua construção terminou no ano de 2008. E esse Estudo, então, é decorrente de um acordo celebrado com o Ministério Público Federal que, em uma Ação, questionou alguns pontos em relação aos procedimentos de autorização e licenciamento.

O TEPAGUÁ foi concebido para ser mais uma alternativa logística vinculada ao Porto, alternativa essa, que, certamente, pode contribuir muito com os esforços do Governo do Paraná e da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, para redução das filas geradas pelo excessivo transporte rodoviário e contribuir expressivamente no sentido de viabilizar o suprimento de uma demanda que cresce a cada dia, que é exatamente a demanda mundial pelo biocombustível. Correto?

Esse empreendimento foi concebido lá atrás justamente pensando nesse complexo logístico, numa grande cadeia produtora que o Paraná tem, que é a produção do etanol. Afinal o Paraná é o segundo Estado maior produtor de etanol. E é, justamente, pensando em manter toda essa produção, que o escoamento de toda essa produção ocorresse pelo

Paraná e não ficasse gerando divisas para outros Estados, outros Municípios que não fossem do Paraná, se concretizou a ideia do Terminal Público de Álcool.

Esse Terminal se encontra na Avenida Bento Rocha, exatamente aqui ao lado, no nº1342, localizado numa área definida como Zona de Interesse Portuário. Nós encontramos esse Terminal e o seu pátio de triagem e do lado do pátio de estacionamento ao lado, aqui, na Avenida Bento Rocha, na área delimitada como Zona de Interesse Portuário no Plano Diretor do Município de Paranaguá. O que compõe esse Terminal Público de Álcool? Esse Terminal ele compõe sete tanques de formato cilíndrico vertical para inflamáveis; um tanque para reservatório de água com a mesma capacidade de cada um dos sete tanques que eu nomeiei há pouco e um tanque de lastro com 550 m³. Esses tanques são construídos com chapas em aço estrutural conforme as normas vigentes. Ainda, além dos tanques, essa estrutura que estamos vendo ali, ela também tem uma estrutura administrativa, apresenta uma estrutura de operação, sistemas de combate a incêndio que já iremos ver algumas imagens, plataformas de descarga de caminhões, balança para controle de entrada e saída dos produtos em caminhões, e plataforma de descarga ferroviária. É um terminal que estava previsto para receber o produto por dois modais: rodoviário e ferroviário. Temos, ali, o modal ferroviário ao lado e aqui um pátio de triagem para caminhões (Está sendo tudo apresentado em dois telões!)

Esse Terminal como é um Terminal já construído, ele é um Terminal pronto, ele já possui Licença de Operação emitida pelo órgão ambiental do Paraná; e o Pátio de Triagem ao lado já possui, também, uma Licença de Operação; ele possui um Alvará emitido pelo Município de Paranaguá; também já possui o Certificado de Vistoria do Empreendimento, Certificado de Vistoria do Corpo de Bombeiros para realizar suas atividades; possui uma Licença Sanitária também já emitida pelo Departamento de Vigilância Sanitária do Município de Paranaguá.

Além dessas licenças e autorizações, é importante a gente destacar que esse Terminal foi construído com base na NPT 2511 – que é a norma que o Corpo de Bombeiros define para líquidos inflamáveis; a NBR 17.505 da ABNT e ele respeita, integralmente, as normas federais, estaduais e municipais em vigor.

Esse empreendimento como citei a vocês foi concebido para pensar o escoamento de toda produção de etanol do Estado do Paraná e se formos verificar o PDZTO, ou seja, o Programa elaborado pela APPA, o Plano de Desenvolvimento da APPA, ele já consta nesse Plano realizado em 2012, a menção ao Terminal Público de Álcool e as suas características, ou seja, os navios irão atracar no Berço 141, 142, que é exatamente o píer público. Esse Terminal tem uma quantidade de tanques que são sete tanques com uma capacidade de 37.625 m³. Esse Terminal ele está justamente, foi justamente pensado e continua sendo pensado exatamente para melhorar essa logística dos graneis líquidos no Porto de Paranaguá.

Algumas imagens para que vocês possam visualizar esse Terminal por dentro. Esse Terminal às vezes vocês passam na rua ao lado e não conseguem ter a ideia da dimensão do que existe dentro desse Terminal em termos de segurança, prevenção e o que está projetado para a segurança, para a prevenção em relação a esse Terminal. Aqui nós verificamos os tanques (Mostra no telão!). Essa questão é muito importante e eu gostaria de ressaltar e vocês me permitem, vou subir aqui. Aqui temos a Bacia de Contenção dos Tanques. Essa Bacia de Contenção ela é pensada justamente para que, se, por acaso, ocorrer algum tipo de acidente, de vazamento, o produto ele fique encapsulado dentro dessa área aqui. Ou seja, o produto não vai sair da área prevista para esses tanques. Também verificamos as estruturas de combate a incêndio. Esse Terminal possui estruturas de combate a incêndio próprias, tanto para espuma, quanto água. Esse Terminal na área de carregamento vocês podem verificar que ele tem, vou voltar ali, que ele

tem toda uma área impermeabilizada e tem, aqui, toda uma área para conter qualquer tipo de vazamento se vier a ocorrer. Dessa área aonde haverá a contenção, ele vai para dois locais específicos. Um local que tem um volume de 150 m³ para capacidade de armazenagem. Ou seja, em existindo algum tipo de vazamento no descarregamento, você ter uma estrutura própria para impedir com que esse líquido chegue na área vizinha.

Também em relação ao desvio ferroviário. Podemos verificar, ali, que na nova configuração desse Terminal existe, também, a impermeabilização de toda uma área e a área de captação. E essa área de captação vai, também, para a mesma área de armazenagem, para a mesma Bacia de Contenção, impedindo da mesma forma com que ocorra qualquer tipo de contato fora da área do Pátio de Tancagem.

Aqui verificamos todo o sistema de segurança. Então todo o Terminal tem, além da segurança realizada através das pessoas que estão realizando a segurança física, vamos dizer assim, temos todo um sistema de monitoramento. Esse Sistema de Monitoramento ele é permanente e ele serve como medida também de prevenção em relação a qualquer tipo de incidente.

O Estudo, especificamente, para ser realizado, ele definiu algumas áreas. E, dentro dessas áreas, foram realizadas diversas análises. A primeira área é a área que chamamos de Área Diretamente Afetada – ADA. O que é a Área Diretamente Afetada de uma maneira bem simples para que todos possam compreender? É a área exatamente onde está a implantação do Terminal, ou seja, é a área do Terminal. Essa chamamos de Área Diretamente Afetada. A Área Influência Direta – então temos a Área Diretamente Afetada e a Área Influência Direta. A Área Influência Direta é aquela área que pode estar sujeita aos impactos diretos da implantação e operação do empreendimento, com delimitações em função das suas características sociais, econômicas, físicas, biológicas. Ou seja, dos sistemas a serem estudados e das particularidades do

empreendimento em si. Daí temos a Área de Influência Indireta. A Área de Influência Indireta é aquela real, potencial, sujeita aos impactos indiretos, não impactos diretos da implantação e operação do empreendimento.

Agora vamos colocar isso aqui de uma forma menos técnica. A Área Diretamente Afetada está lá – a área do empreendimento, essa é a Área Diretamente Afetada do Parque de Tancagem. Bem claro. A Área Influência Direta, ou seja, corresponde ao espaço territorial contido e ampliado dessa Área Diretamente Afetada, podendo sofrer impactos positivos, quanto negativos. Para esse Estudo definiu-se, a equipe técnica definiu uma área em torno de um raio de 1500 metros a partir do limite do empreendimento. Vamos voltar ali. A partir dos limites do empreendimento definiu-se uma área com um raio de 1500 metros. Aí fica bem claro – o empreendimento e uma área com um raio de 1500 metros. Essa seria a Área Influência Direta, não é a área onde pode ocorrer diretamente os impactos. É uma área que pode sofrer a influência direta do Terminal. E, por fim, a Área de Influência Indireta do empreendimento. Ela está delimitada com o Município de Paranaguá para o Meio Socioeconômico e para o Meio Físico e Meio Biótico a equipe técnica que analisou definiu a área correspondente à porção continental. Então, vamos ver no mapa lá: a área do Município de Paranaguá para o Meio Socioeconômico e para o Meio Físico e Biótico a área continental. Essa é a Área de Influência Indireta. É uma área onde poderão ocorrer de maneira indireta algum tipo de impacto, tanto positivo quanto negativo.

Essa delimitação é importante porque observamos que em casa meio estudado você vai buscar algum tipo de informação. Veja lá, em relação ao Meio Físico o que que o Estudo foi buscar de informação? As condições meteorológicas e qualidade do ar. A Geologia e Geomorfologia, ou seja, a parte de solos. E a Geomorfologia que é a parte de solos propriamente dita. Os recursos hídricos, a questão de

ruídos, tudo isso foi analisado em relação ao Meio Físico. Em relação ao Meio Biótico e Sistema Viário o que a equipe buscou de informação. Ela analisou em relação ao Meio Biótico as questões relativas à Fauna e Flora importante destacar, mais uma vez, que estamos tratando de um empreendimento consolidado, já existente, e que antes de existir não houve uma supressão de vegetação naquela área, pois ela é uma área já que nós dizemos antropizada. Ou seja, ela já tinha sofrido uma influência anterior da presença humana.

O Sistema Viário. Do ponto de vista do Sistema Viário que é algo complexo em relação à parte de carregamento e descarregamento de caminhões, o empreendimento está localizado em área propícia a esse tipo de implantação, ou seja, lembrem lá. Lá, no início, eu repassei que o empreendimento está numa Zona de Interesse Portuário. Ou seja, ele está numa área propícia para esse tipo de implantação. E o TEPAGUÁ, ou seja, o Terminal mantém um Pátio de Triagem que possibilita, entre outras coisas, além da parte de logística interna do empreendimento, ele possibilita com que os caminhões que sejam vinculado à operação do empreendimento, permaneçam estacionados em local apropriado. Ou seja, eles estarão exatamente dentro do Pátio de Triagem junto da área do empreendimento, fazendo com que esses veículos, então, não fiquem parados nas ruas próximas ao empreendimento. Essa é uma situação importante analisada pelo Professor Paulo Malucelli, que analisou todo o Sistema Viário em relação às hipóteses e impactos diretos e indiretos; positivos e negativos. Como temos observado e já falei a vocês, temos o Terminal e a área do Pátio de Triagem. Ou seja, é uma área vinculada, anexa ao Terminal e essa área possibilita com que os caminhões fiquem ali, sejam recepcionados e sejam direcionados internamente para o descarregamento ou o carregamento.

Em relação ao Meio Socioeconômico. O que a equipe que analisou o Meio Socioeconômico foi atrás das informações. Primeiro em relação a emprego e renda. Esse Terminal em operação o que ele vai estar

gerando em emprego e renda para o Município de Paranaguá: emprego para os cidadãos, renda para os cidadãos e, também, uma arrecadação fiscal para o Município. Ou seja, se verificou que pode ocorrer uma dinamização na economia local, não só pelos empregos diretos, mas, também, pelos empregos indiretos. O que são os empregos diretos? Não são aqueles empregos vinculados ao Terminal. São aqueles empregos que são gerados em decorrência do Terminal, não no Terminal. Esse empreendimento o Meio Socioeconômico quando fez a análise ele verificou o atendimento às NBRs como falei lá, a 17.505, e, também, fez toda uma análise em relação ao Plano de Realocação de Residências, que é um Plano previsto, inclusive, naquela ação judicial a qual fiz referência lá no primeiro slide. Ou seja, a APPA está cumprindo uma determinação judicial e fazendo a sua atuação conforme está sendo pautado pelo juiz federal que está à frente da causa.

Falei a vocês em relação à Área de Influência Direta, Área Diretamente Afetada, falei da Área de Influência Indireta. Mas agora gostaria de mostrar quais impactos a esses setores: o Meio Físico e o Meio Socioeconômico, e a equipe que fez a análise do Meio Biótico, quais impactos eles conseguirem verificar e conseguiram mensurar em relação à medida mitigadora e em relação à complexidade desse impacto. Se vocês verificarem na página 10, desse material, vocês irão encontrar as tabelas de aspectos, de impactos, medidas mitigadoras e planos na sua integralidade. Fazemos questão de fazer a apresentação dessa tabela nesse material para que a gente consiga ser o mais transparente e elucidativo possível. Vocês irão verificar lá que você tem um aspecto, um impacto, a caracterização da fase, neste caso a fase é Operação, porque o empreendimento já está construído. E daí você tem lá a medida mitigadora e o Plano ou Programa ao qual essa medida mitigadora está vinculada. Não vou ser cansativo e descrever todos aqui, ele já está no material para vocês. Vou trazer alguns exemplos para que vocês possam compreender quais ações são desenvolvidas para cada tipo de impacto, seja positivo, seja negativo.

Início da Operação: possibilidade do aumento de ruído na área do empreendimento, poluição sonora. A fase é Operação, logicamente, início da operação, qual a medida mitigadora, qual a medida prevista para minimizar ao máximo possível esse tipo de impacto que está sendo analisado? A medida que está sendo proposta é um Plano de Monitoramento do Nível de Ruídos e Vibrações e, logicamente, uma ação em cima desse Plano de Monitoramento de Ruídos. Se ocorrer a verificação por amostragem, logicamente, que determinado veículo ele não está de acordo com as normas estabelecidas e está emitindo tanto ruído em desacordo com o que a legislação permite, imediatamente o gerenciador do Programa vai ter uma ação que é solicitar ou que esse veículo não retorne ao empreendimento, ou uma medida para tentar sanar essa situação específica.

Outro impacto observado. Vou fazer só uma observação a mais. Aquele número que está ali – 16, 23, 25, são exatamente os números que estão nessa tabela da Matriz de Impacto. Fica mais fácil para vocês se localizarem.

Atividade de operação do empreendimento. Geração de emprego e renda diretos e indiretos. Esse empreendimento em operação, logicamente, ele vai fazer a contratação da mão de obra local. Essa mão de obra local, como que ela vai ser contratada e dinamizada, através dos convênios que existem com os 's' que é o Senai, Sesi, CIEE, Menor Aprendiz, e assim por diante. Mas, buscando, sempre que possível, a contratação e o treinamento da mão de obra local.

Também na fase de Operação: aumento da arrecadação municipal. Temos, lá, duas situações. Este aumento da arrecadação municipal pode ocorrer diretamente com os tributos decorrentes do empreendimento, como ele pode ocorrer com o rendimento com que os trabalhadores estarão auferindo e estarão gastando no Município. Daí abrindo mais um comércio no Município em decorrência dessa situação, então esse comércio tem que ter um novo alvará, você vai ter mais um

profissional atuando. Esse profissional vai ter, logicamente, ter a sua empresa ou ele vai emitir um RPA, sempre o Município vai ter a sua arrecadação dinamizada.

Possibilidade de incêndio dos tanques de armazenamento. Tenho certeza que essa é uma questão que preocupa, por isso nós fazemos questão de mostrar! Em relação a isso: possibilidade de incêndio nos tanques de armazenamento, possibilidade de emissão de fumaça em relação a esses tanques: “estabelecer e implementar o Plano de Gerenciamento de Risco e o Plano de Emergência Individual. Ou seja, esse tipo de empreendimento é construído baseado numa série de normas técnicas. Essas normas técnicas por si só minimizam ao máximo o risco da ocorrência de qualquer tipo, desse tipo de acidente. Além disso, você tem o Plano de Gerenciamento de Risco a ser implementado e o Plano de Emergência Individual, planos esses que em caso de emergência eles, automaticamente, são colocados em atividade, tentando minimizar ao máximo os impactos desta ocorrência.

Possibilidade de sinistro com tubulações de graneis líquidos. Se ocorrer isso o que pode acontecer: possibilidade de poluição do ar e solo. Aí é importante que vocês tenham em mente que não estamos falando de um duto que ele está enterrado, no solo, sem absolutamente nada. Em verdade esse duto ele é, e vamos usar uma palavra bem simples, ele é encapsulado, ou seja, existe uma camada de cimento que é feito justamente para que não ocorra nenhum tipo de contato em relação aos dutos. Esses dutos têm uma profundidade adequada. Existe uma série de implementações tanto na fase de construção quanto, posteriormente, em relação ao Plano de Gerenciamento de Risco e ao Plano de Emergência Individual, que, automaticamente, possibilitam que em caso de uma ocorrência imediatamente as ações sejam realizadas. Da mesma forma a hora que está sendo feito o envio do produto, do etanol por esses dutos, existe um monitoramento permanente. Ou seja, qualquer tipo de análise em relação à variação de pressão do duto, isso é

importante, automaticamente cessa o envio desse líquido pelas tubulações e as ações são implementadas.

Possibilidade de explosão, de novo, nos tanques de graneis líquidos. Possibilidade de poluição do ar e do solo e possibilidade de explosão de nuvem de vapor não confinado. Na mesma forma você irá colocar o Plano de Emergência Individual em ação, o Plano de Gerenciamento de Risco para minimizar ao máximo qualquer tipo de evento.

Qual é a função dessa análise? A função dessa análise é mapear todos os possíveis e prováveis, todas as possíveis e prováveis situações que poderão ocorrer com o empreendimento em operação. Por isso que são mencionados a possibilidade de poluição de ar e solo. Porque a equipe ela é obrigada a mapear exatamente todos os riscos. Exatamente todos os riscos.

Aumento do fluxo de veículos decorrente da retirada de materiais, ou seja, possibilidade do índice de acidentes na via pública. Da mesma forma você tem lá a questão em relação a um Plano de Ação com os motoristas que visa conscientizar os motoristas para que atendam as legislações de trânsito. Ou seja, se desenvolve um programa específico para conscientização ainda maior dos motoristas, logicamente eles são profissionais habilitados com carteira profissional para essa atividade. Mas, você faz esse constante monitoramento, análise e educação.

Em decorrência de todos os impactos possíveis que foram analisados, os técnicos passaram a sugerir uma série de planos e programas, justamente para viabilizar a mitigação ou você atuar antes na prevenção de qualquer tipo de ocorrência. Quais são esses planos e programas:

- Programa de Monitoramento do Trânsito. A equipe que analisou sob a Coordenação do Professor Paulo Malucelli, além da análise que ela fez em relação ao Sistema Viário, ela definiu um Programa de

Monitoramento no Trânsito. Ou seja, a unção desse Programa de Monitoramento no Trânsito é você estar verificando os gargalos e agindo tanto preventivamente, quanto no momento de um gargalo para você sanar essa ocorrência.

- Plano de Monitoramento da Qualidade de Água. Nós temos postos de monitoramento que fazem o monitoramento da qualidade da água, a água é subterrânea. Existindo qualquer tipo de distorção em relação às análises realizadas, obrigatoriamente tem uma ação em cima disso.

- Plano de Monitoramento dos Processos Erosivos e Assoreamento – da mesma forma.

- Plano de Monitoramento do Nível de Ruídos e Vibrações. Agora há pouco fiz menção e expliquei para vocês as ações.

- Plano de Proteção ao Trabalhador e Segurança no Ambiente de Trabalho. Constantemente são realizados treinamentos, programas de capacitação para que as pessoas que estão na atividade dentro do Terminal tenham a total segurança no manuseio dos equipamentos, dos produtos e saibam agir em qualquer situação.

- Plano de Gerenciamento de Risco; Plano de Emergência Individual. Este, vamos dizer assim, é um dos planos mestres aí obrigatórios pela legislação onde você define: - Olha, ocorreu algum tipo de acidente, quais as ações, quais pessoas, quais entidades têm que ser contatadas e as ações conjuntas que devem ser desenvolvidas.

- Programa de Comunicação Social, principalmente com as comunidades circunvizinhas ao empreendimento. Ao iniciar a operação irá se iniciar, também, um programa em relação à comunicação com a sociedade para que ela, permanentemente, esteja em contato com os diretores que estão à frente do empreendimento, repassando seus anseios, suas necessidades, as situações e isso possa estar sendo

realizado através de um diálogo permanente entre comunidade e operadores do Terminal.

- Programa de Educação Ambiental. Este Programa tem duas vertentes – tanto interna com os funcionários, tanto com os munícipes. Sabemos que existem várias situações onde a APPA participa do Encontro de Meio Ambiente no Município aonde as escolas elas participam desses Encontros e podem tirar suas dúvidas. Sabemos que a melhor forma de termos uma educação permanente é estarmos trabalhando desde as crianças até a terceira idade. E o Plano de Educação Ambiental tem essa finalidade. Não simplesmente tratar das questões de Operação do Terminal, de uma situação específica do Terminal, de uma Educação Ambiental do dia a dia, de uma Educação Ambiental que envolve situações em relação à dengue, de uma Educação Ambiental que envolve a questão relacionada a resíduo sólido, resíduos que vocês geram, resíduos que a empresa gera em relação a seus funcionários qual a melhor maneira de acondicionamento e assim por diante.

- Programa de Treinamento de Mão de Obra Local com vistas à geração de emprego local. Isso também falei há pouco a vocês. Ou seja, você vai ter a operação desse empreendimento e esse empreendimento, obrigatoriamente, vai gerar empregos para Paranaguá.

- Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos. Então vinculado a esse Programa de Educação Ambiental, um Programa de Monitoramento da Qualidade dos Efluentes, ou seja, daquele efluente gerado e um Plano Macro de Gerenciamento Ambiental do Empreendimento. A equipe técnica que fez a análise dos impactos tantos positivos, quanto negativos, ela propõe que com a realização de todos esses Planos e Programas, você consegue ter uma mitigação, ou seja, você consegue minimizar ao máximo os impactos negativos e potencializar os impactos positivos. Isso também é muito importante.

Qual a conclusão, então, que a equipe técnica apresenta para esse Estudo de Impacto de Vizinhança.

De acordo com a análise dos dados que compõem esse Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV é a sigla para o Estudo de Impacto de Vizinhança – conclui-se que o TEPAGUÁ – o Terminal Público de Álcool está situado em zona com aptidão para a atividade. Ou seja, ele está em Zona de Interesse Portuário lá nas nossas lâminas iniciais demonstrei isso a vocês e que, inclusive, outras atividades similares já são executadas em suas circunvizinhanças. Ele não é um Terminal isolado numa região que não existe nenhuma outra atividade similar a essa. Não, ele está numa atividade propícia para o desenvolvimento de terminais de graneis líquidos.

Do ponto de vista ambiental e de segurança o empreendimento desenvolve suas atividades de maneira sustentada, ou seja, de maneira equilibrada em relação ao ambiente, cumprindo com as normas ambientais e de segurança. O que é muito importante.

- Os possíveis impactos, sempre falar em possíveis impactos. Quando estamos falando em impacto eles são sempre possíveis. Não são obrigatórios, são possíveis. Os possíveis impactos são mitigados por meio da aplicação de todas as medidas, planos e programas para o monitoramento e o controle conforme o proposto no EIV, exatamente esses planos, medidas e programas que acabei de relatar para vocês. Esses planos, medidas e programas são os planos, medidas e programas propostos pela equipe. Logicamente o Município ele tem a discricionariedade de exigir da empresa, do Terminal algo a mais, além disso. E, por fim, compreende-se que a Operação desse Terminal – de novo – a Operação desse Terminal já implantado, ela potencializa os efeitos positivos que já se fazem presentes, tais como, geração de mais vagas de emprego e renda. Hoje, nesse Terminal, você já tem uma equipe de segurança que está lá desenvolvendo suas atividades, você tem todo um pessoal que realiza atividades técnicas dentro do

empreendimento pronto para iniciar a operação que poderá ser realizada a partir da apresentação desse Estudo junto à Prefeitura. Então, geração de empregos tanto diretos e indiretos. Além do incremento da arrecadação do Município de Paranaguá isso é algo muito importante, porque o incremento na arrecadação do Município de Paranaguá certamente vai permitir, também, maiores investimentos por parte do Município, maiores investimentos públicos que poderão também significar na melhora da qualidade de vida, de todos, de todos os munícipes de Paranaguá e dos serviços ofertados à população.

Essa é a conclusão que a equipe técnica chegou ao final da análise do Estudo de Impacto de Vizinhança do Terminal Público de Álcool.

Após essa explanação gostaria de convidar a todos para que a gente faça o intervalo, está sendo servido um coffee break ali. E esse intervalo tem a finalidade para que vocês tenham um tempo para redigir as suas perguntas, tanto por escrito, quanto oralmente, fazerem a inscrição. Qualquer pergunta que não seja respondida a contento, neste momento, poderá ser informado que a Prefeitura irá comunicar a equipe técnica e a equipe técnica tentará esclarecer mais do que foi possível na data de hoje.

(intervalo inscrições para perguntas)

MESTRE DE CERIMÔNIA: Gostaríamos de registrar, ainda, a presença das seguintes autoridades: Vereadores Luiz Maranhão, Carlos Figueiro, Gilson Marcondes e o Sargento Orlei. E, ainda, as Promotoras – Dra. Priscila da Mata Cavalcanti – Coordenadora Regional da Bacia Litorânea, e também Dra. Juliana Weber – da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Paranaguá.

(INTERVALO)

MESTRE DE CERIMÔNIA: Dando sequência ao EIV apresentado pela TEPAGUÁ, agora é a vez das perguntas que foram formuladas pelos senhores presentes aqui e senhoras presentes nesta Audiência. Vamos começar, na verdade esta não é uma pergunta. A Dona Maria Aurora Carbonaro – Moradora do Jardim Guadalupe -, que parabeniza a empresa porque está em Paranaguá viabilizando mais uma realização industrial na cidade. “Está tudo muito bem explicado”, segundo ela, no “Estudo de Impacto de Vizinhança, portanto, parabéns para a empresa”. São as palavras da dona Maria Aurora Carbonaro moradora no Jardim Guadalupe.

A nossa equipe separou as perguntas por temas. Vou ler todas as perguntas relacionadas àquele determinado tema e aí a equipe técnica estará respondendo.

O primeiro tema escolhido por nossa equipe é Geração de Empregos. O Raul Fernandes Neves, morador da Vila Cruzeiro, pergunta “Quantos empregos diretos serão gerados?”; o Aluizio Andrade – Jornalista e morador da Vila Portuária, pergunta “No quesito geração de empregos quantos, efetivamente, serão gerados?”, “Na questão geração de divisas, quanto em valor fica para os cofres municipais?”; o Vereador Gilson Marcondes pergunta “Quanto ao investimento, quantos empregos diretos e indiretos serão criados e quantos serão preenchidos por parnanguaras e moradores da região?”.

SR. ASSIS RIBAS (Consultoria): Boa noite, meu nome é Assis, vou responder esses quesitos com relação à questão de emprego e renda e receitas. Primeiramente agradeço às pessoas que se pronunciaram através dos questionamentos. Empregos diretos em torno de 50, indiretos em torno de 200 e com relação à arrecadação, o ISS fica em torno de 3 a 5%. Só que daí para falar um número real vai depender da movimentação. A pergunta relacionada à contratação de serem pessoas aqui de Paranaguá, inclusive durante a apresentação, tem aquele Plano

de contratação de mão de obra local. Vai ser dada preferência mesmo às pessoas que moram no Município.

MESTRE DE CERIMÔNIA: Próximo tema escolhido pela nossa equipe é o Sistema Viário. O morador Nilson, da Vila Alboitt, pergunta “Tendo em vista o grande movimento de caminhões na carga e descarga dos produtos inflamáveis na Santa Rita e Bento Rocha, onde praticamente invadem toda a rua não deixando quase passar os outros veículos, o que essas empresas pretendem fazer para diminuir o fluxo de cargas? Há perigo de atropelamentos”; Eliane moradora na Vila Portuária, “Como está sendo ou como será o monitoramento do trânsito visando o preparo dos motoristas?”; e, também, Raul Fernandes Neves, morador da Vila Cruzeiro, “O monitoramento rodoviário será efetuado a partir de qual ponto: será efetuado desde a origem ou apenas dentro do Município? Nesse monitoramento haverá, também, o controle da velocidade dos veículos?”. São as perguntas relacionadas ao trânsito e malha viária.

SR. PAULO ROBERTO MALUCELLI (Consultoria): Boa noite. A primeira questão, “quanto às outras empresas”, não podemos responder. Estamos aqui respondendo sobre a movimentação gerada pelo Terminal TEPAGUÁ. O Estudo se ateve somente a esse Terminal. No Estudo descobrimos que no dia de maior pico de carga e descarga desse Terminal, ele vai gerar uma movimentação de 31 caminhões, por dia, no dia de maior pico da safra. A safra normalmente acontece em maio e em agosto. Nesses meses de maio e agosto, o dia de maior movimento relatado, é de 31 caminhões por dia. É lógico que existem outras empresas naquela região que também movimentam outras coisas. Nós podemos responder pelo TEPAGUÁ que o nosso movimento será esse. É mais ou menos três caminhões por hora, não mais que isso.

O Plano de Monitoramento ele consiste de uma contagem periódica dos veículos que passam pela Avenida Bento Rocha. Essa contagem de veículo já foi feita, em 2014, quando se iniciou o Estudo e no Programa há a previsão de contagem pelo menos a cada cinco anos

se repetir esse pesquisa. E, durante essa pesquisa, vai ser verificado as condições de circulação nas imediações. Para o TEPAGUÁ a gente pesquisou somente na frente do portão de entrada desse Terminal. Ali vai ser repetido essas pesquisas e vai ser verificado as condições de tráfego. É lógico que a Prefeitura, os técnicos da Prefeitura e do Departamento de Trânsito de Paranaguá, devem analisar o conjunto de vias que dão acesso. Sabemos que existem problemas, existem caminhões de todas as empresas. Um Porto tem inúmeras empresas que trazem caminhão para a cidade. Então o conjunto desse problema, dessa quantidade de caminhões tem que ser analisado pelo órgão municipal de trânsito.

E a velocidade, também. O controle de velocidade de caminhões é uma atribuição exclusiva do órgão municipal de trânsito. Isso não pode caber ao Terminal de Álcool de Paranaguá. Ok!

MESTRE DE CERIMÔNIA: Vamos para o próximo tema. “Os senhores apresentam o EIV e parece estar tudo correto, porém ao construir os tanques num terreno muito elevado deixando o bairro muito baixo, a cada chuva o bairro alaga devido a elevação do Terminal. Quais as providências para esses eventuais prejuízos? E, no quesito segurança: por que declaram segurança se a água da obra é solta na rua, inundando o espaço, juntando com o esgoto e transbordando?”

SR. BRUNO GUIMARÃES (APPA): Boa noite, Bruno Guimarães, respondendo a pergunta, hoje temos dois tipos de solos no Terminal. A gente tem o solo que é permeável que a água entra e infiltra; e tem a parte impermeável que é onde a água corre para os tanques de contenção. Onde a água infiltra a gente não vai ter problema de escoamento de água para a comunidade. E nos outros pontos onde a área é impermeável, toda essa água ela é encaminhada para tanques e ela tem a condição de ser retida dentro do Terminal e a capacidade de fazer esse escoamento da água de acordo com a capacidade de drenagem do Município. Então, em casos de chuva forte, hoje o Terminal

é inteiro murado. Aonde cair essa água em área impermeável, essa água vai ficar contida e ela vai sendo liberada de acordo com a capacidade de recebimento da drenagem do Município. Com isso não temos problema de escoamento da água da chuva desse terminal para as comunidades.

MESTRE DE CERIMÔNIA: A próxima pergunta é sobre saúde pública. A Joelma pergunta: “Qual a solução para o cheiro forte do álcool que invade as residências, potencializando problemas respiratórios?”

SR. ASSIS RIBAS (Consultoria): Meu nome é Assis, novamente respondendo essa pergunta da senhora Joelma. Com relação ao cheiro forte de álcool. No momento até por uma questão estratégica esse Terminal não está operando. Esse odor ele não parte desse Terminal. Mesmo assim, durante a explanação, a explicação do EIV existem alguns Planos de Monitoramento. E foi falado, inclusive, em Plano de Monitoramento de Qualidade do Ar para que se houver algum problema, alguma possibilidade que possa, então, ter uma ação de mitigação desse problema.

MESTRE DE CERIMÔNIA: Próximo tema diz respeito aos riscos do empreendimento. Primeira pergunta do Vereador Carlos Alberto Fangueiro “Por estarmos em uma área circunvizinha com muitos moradores e próxima ao local turístico do Rocio, em caso de uma calamidade não prevista, qual a orientação para essas pessoas uma vez que não é estabelecido um trabalho de prevenção com a comunidade?”; Marli Souza Miranda, moradora no Jardim Guadalupe, “Gostaria de saber se os moradores vizinhos ao Terminal estão em uma área de risco e quais seriam os riscos?”; José Fernando de Lima, morador na Vila Portuária, pergunta em relação à segurança e à incidência de vazamentos?”; Nelso Luiz Barbosa, morador no Rocio, “Moro em uma área cedida pela União a menos de 500 metros do empreendimento”, ele quer saber “o que vai acontecer com esse pessoal que ali mora, se eles correm risco?”; Cláudio, morador da Vila Rute, “Quais as providências a respeito dos moradores próximos em caso de emergência ou desastre no

Terminal?"; Ricardo Freitas, pergunta, "Qual o impacto de um possível vazamento ou explosão para nossa baía e manguezais?"; a Elenice, pergunta, "Qual providência a ser tomada em caso de acidente e se houver evacuação da área em uma rua sem saída não havendo tempo para o socorro?"; a Ana Lúcia, moradora na Vila Guarani, "Quais exatamente serão os impactos causados nas proximidades do Terminal e quais as providências tomadas pela empresa?"; a Diva Rodrigues dos Santos, moradora na Vila Rute, pergunta, "Por conta da empresa a minha casa que fica ao lado da empresa está prejudicada, sendo assim, peço para que deem uma resposta única para que seja resolvido o problema". Neide Pinto do Rosário, moradora na Vila Portuária, "Onde eu moro é perigoso. Gostaria de saber se vamos ser orientados de alguma coisa e se precisamos sair dali, e se vão pedir para que nós saíamos?"; Carlos Antônio, morador na Vila Portuária, "Quais as medidas para deixar a população em segurança? 1500 metros são suficientes de distância? Até que ponto esse impacto pode afetar as vilas mais próximas? Qual a falha que ocorre no primeiro vazamento? Quais medidas foram tomadas para reter o vazamento e se isso pode voltar a acontecer? Haverá um transporte tubular para a empresa? Se, caso, sim, esse transporte passaria pela Rua Tupiniquim ou até em outra rua? Ou seria apenas transporte férreo ou de caminhões?".

SR. BRUNO GUIMARÃES (APPA): Sou o Bruno Guimarães respondendo essa pergunta sobre os riscos da operação do Terminal. Hoje diferentemente do que foi no passado, o Terminal está totalmente adequado para essas contenções. O acidente que aconteceu no passado foi o acidente com o descarregamento do vagão. Hoje toda parte do descarregamento tem um sistema de contenção, a área é impermeabilizada. Se houver qualquer tipo de vazamento ele vai para uma caixa de contenção, para uma separação. O Terminal também tem um tanque só para receber resíduos dessa operação, se esse produto for considerado como resíduo ou o vazamento for acima do que a Caixa de

Tancagem de primeiro atendimento prevê, esse resíduo pode ser revertido por essa tancagem.

O Terminal conta, também, com um sistema aprovado pelo Corpo de Bombeiros para atendimento de emergência de incêndios. Então têm vários canhões instalados, tem um tanque só com água para fazer a contenção de incêndios; tem o LGE que é uma espuma para também fazer esse atendimento a emergências. Então, diferentemente das situações passadas, hoje o Terminal ele é preparado para atendimento a todo tipo de emergência. Teve a pergunta referente à parte dos manguezais, de áreas sensíveis, além dessa preparação contra os vazamentos que, já, praticamente garantem que o vazamento não extrapola a área do Terminal, o Terminal ainda possui um Plano de Emergência Individual para fazer esse atendimento de óleos e produtos químicos que vierem a chegar na água. E hoje, também, o Porto de Paranaguá faz parte do Plano de Área que é, digamos assim, a união entre todas as empresas para o melhor atendimento, para um atendimento mais rápido, mais capacitado e de grandes proporções se vier a acontecer.

De certa forma podemos falar que hoje esse é um dos terminais que prezou por toda a segurança. É um dos terminais mais seguros que temos, em Paranaguá, nessa questão dos vazamentos ambientais, riscos ambientais. Pela questão dos planos de emergência, pela questão da capacidade de resposta e pelos equipamentos que foram instalados no terminal e todas as adequações que foram feitas depois do vazamento de 2009.

Com relação às famílias do entorno, essa parte vai ser respondida juntamente com a parte das desapropriações.

MESTRE DE CERIMÔNIA: O próximo tema é sobre as indenizações. Gisele do Nascimento Medeiros é moradora na Vila Rute, ela gostaria de saber “se há algum plano para retirado dos moradores que residem na

Avenida Bento Rocha, pois prejudica a passagem dos moradores, devido ao grande movimento dos caminhões tanques?"; a Joelma é moradora na Vila Rute, pergunta "se há uma data prevista para a saída dos moradores juntamente com a indenização?"; Marilda Dutra Mendes, moradora na Vila Alboitt, "Onde exatamente estão as casas que serão indenizadas?"; o Arnaldo Pascodi, morador no Rocio, pergunta "Aqui na frente da igreja, exatamente na Praça, vai haver indenização? Tem data prevista, ao lado esquerdo?"; a Rosângela moradora no Bairro Dom Pedro II "O correto não seria indenizar ao menos as famílias próximas ou ao redor do Terminal?"; João Cecon, morador no Bairro do Rocio, "Quais melhorias os moradores terão e se não pode indenizar, antes, antes das melhorias no Terminal?"; Miguel do Carmo Filho, morador na Vila Rute, quer saber "se terá indenização, porque ele mora ao lado da empresa?"; Marcelo Ferreira Cavalcante, morador na Vila Rute, pergunta sobre as indenizações, "se vai ter indenização ou não e se serão retirados os moradores dali?"; Sandra Mara Alves, moradora no Bairro do Rocio, pergunta: "Vocês teriam condições de indenizar os moradores? Por que não fomos consultados na construção do Terminal, ficamos inseguros? E o dono do Terminal é de Paranaguá?"

DRA. ELAINA EBERT (APPA): Boa noite, meu nome é Elaina, sou Procuradora da APPA e eu que sou responsável pelas reintegrações que estão acontecendo com relação à Vila Becker. Só para esclarecer, no início da apresentação foi levantado, aqui, que o Estudo de Impacto de Vizinhaça foi feito um acordo numa Ação Judicial do MPF – Ministério Público Federal, em desfavor da APPA. E nesse acordo tiveram duas considerações. Uma era que a APPA providenciasse o Estudo que foi apresentado, aqui. O Terminal – fazendo um parêntese – o Terminal de Álcool ele é da APPA. Ele se chama TEPAGUÁ, mas é como se fosse um nome fantasia, mas o dono é a APPA. A APPA que administra e ele é operado pelos operadores portuários. Como funciona nas demais dependências do Porto.

Um era o Estudo que foi apresentado e a outra condicionante da Ação é a relocação das famílias da Vila Becker que vocês devem ter conhecimento que já está acontecendo, já estamos finalizando. Então não tem qualquer outra ordem judicial ou qualquer condicionante nas licenças dadas pelos órgãos ambientais com relação à relocação de outras famílias ou desapropriação. Isso por quê? Porque como já foi explicado, aqui, os riscos estão totalmente minimizados, todas as normas foram atendidas. Se lá na frente existir alguma ordem judicial ou se algum órgão ambiental verificar que há algum risco para os moradores, pode ser que haja uma outra reintegração. Mas, hoje, a única reintegração que está acontecendo que obriga a APPA com relação ao Terminal de Álcool, é a reintegração da Vila Becker.

Como que está funcionando essas indenizações. O Terminal de Álcool o início do Projeto foi em 2005, a construção foi 2007/2008, e nessa época que o Ministério Público ingressou com Ação contra a APPA, pelos possíveis danos que esses moradores teriam. Então, o Ministério Público considerou que o pessoal da Vila Becker, englobando o Canal da Inhanha, também, seriam as pessoas que estariam na área de risco caso acontecesse algum vazamento. E em 2009 ocorreu o vazamento e foi isso que levou a ordem judicial para que a APPA providenciasse a relocação dessas pessoas. Isso era para ser um benefício para as pessoas. Mas, no decorrer do tempo, todo mundo sabe dos problemas, ninguém queria sair, outros não queriam ir para a área realocada, a área do Porto Seguro, né, então o processo demorou um pouco mais do que o previsto.

Foram realocadas na primeira fase 232 pessoas. Todas essas famílias participaram de um cadastro que foi feito com a Cohapar e com a APPA, na época em 2007/2008. Esse cadastro se encontra nos autos judiciais dessa Ação Civil Pública. Então, a APPA só consegue indenizar, quem estava lá no cadastro em 2007/2008. Se teve alguma família que entrou na Vila Becker, posteriormente, a APPA não consegue indenizar.

Então, na primeira etapa foram feitas 232 realocações. Pela dificuldade de um novo terreno para fazer a realocação das outras pessoas, foi o que o Ministério Público em um acordo com o Juiz Federal, entrou em contato com a APPA e considerou a possibilidade de, ao invés de construir as outras casas, que a APPA fizesse o pagamento em pecúnia, em dinheiro, oferecendo para o morador essa possibilidade. Então as pessoas foram chamadas por audiências públicas. Muitas pessoas procuraram a APPA diretamente e foram feitos alguns acordos. Têm pessoas ainda que pretendem receber a casa e estamos vendo algum local, quando finalizar, vamos ver quantas pessoas vão querer ainda receber a casa. E, a maioria, aceitou o valor em pecúnia. E têm algumas que ainda estão lá e que a APPA ainda não consegue indenizar porque não estavam no cadastro. E isso será feito de uma outra maneira, uma eventual ação de reintegração de posse para que a área seja desocupada. Até porque é uma área do Estado do Paraná. Então as pessoas que estão lá, estão irregularmente, e ainda estão numa área de risco. É assim que vai funcionar as indenizações. Como falei, com relação às outras áreas que é aqui da Praça, do lado esquerdo, ou uma casa da senhora que aqui falou que foi prejudicada, a APPA não tem qualquer ordem ou condicionante com relação ao Terminal. Não foi para conseguir as licenças do Terminal de Álcool feita nenhuma condicionante para retirar essas pessoas, visto que os riscos estão minimizados com esse Estudo, como foi demonstrado no Estudo. Através do Plano de Área, o Plano de Emergência para um atendimento mais rápido em eventual vazamento do álcool.

MESTRE DE CERIMÔNIA: Próxima etapa, agora, para as perguntas orais. Três pessoas estão inscritas. A primeira pergunta é do Vereador Orlei Correia.

VEREADOR ORLEI CORREIA: Boa noite à Mesa, boa noite a todos os presentes. Creio que a maioria das pessoas estavam justamente interessados em saber sobre a indenização, a alocação e isso já foi

respondido. Mas gostaria de saber mais ou menos, assim, vocês têm cronograma, tem tudo, quando que vai entrar em operação direta o Terminal? Já tem assim mais ou menos uma data prevista ou não? Vejam bem, de acordo com um processo que tramita na Vara Federal, o Juiz diz que essas pessoas que ainda estão lá, o Terminal só pode entrar em operação depois que todas as pessoas saíam de lá? Isso vocês devem saber que está tramitando, está na Vara Federal que ela já citou. Mas tem uma data prevista para entrar em operação o Terminal ou não?

E quero reforçar mais um pouco: segundo esse processo da Vara Federal exige que todos os moradores devem ser retirados do Terminal antes da fase de operação? Ok! Então, gostaria de saber mais ou menos quando esse Terminal vai funcionar, na prática, para que as pessoas que estejam lá ou serão indenizadas como foi citado, ou serão realocadas? Essa é minha pergunta.

SR. ASSIS RIBAS (Consultoria): Vereador, obrigado por sua pergunta. Com relação à questão da operação propriamente dita. O Terminal esse foi um EIV Corretivo de um Terminal já existente. Esse Terminal já possui todas as licenças, alvarás, enfim, toda documentação que ele precisa para operar. E, também, todos os quesitos técnicos sejam operacionais ou de segurança, ou de manutenção, enfim, para operar. Então esse Terminal está apto a operar. Nesse momento não está. Mas ele está apto a operar.

VEREADOR ORLEI CORREIA: Correto. Então só vai operar depois que foi exigido essa recomendação da Vara Federal que se processa, ok?

SRA. ELAINA EBERT (APPA): Vereador, boa noite. O processo iniciou com o pedido liminar do Ministério Público e que tinha sido deferido para que suspendessem as atividades e providenciasse a remoção das famílias, mediante o cadastro. Essa decisão restou suspensa pelo TRF da 4ª Vara, nesses autos, em 19 de junho de 2009. Ela não produz mais

esses efeitos. O acordo que foi aceito e homologado ficou estabelecido nesses termos: 1) a apresentação do Estudo de Impacto de Vizinhança do Terminal de Álcool pela APPA, com a devida avaliação posterior pelo IAP. já que se tratava de uma correção. E a obrigação da APPA em continuar com os procedimento iniciados que visavam a realocação dos moradores da Vila Becker e Canal da Inhanha. Não há nenhuma suspensão quanto à utilização do Terminal de Álcool. A realocação estava se fazendo juntamente com o procedimento aqui, relacionado com o Estudo de Impacto de Vizinhança. Hoje a pretensão da APPA é realocar todas as famílias. Estamos finalizando essa semana as últimas possibilidades de acordo. Mas, ocorre, que, as famílias que estão lá ou não têm o cadastro, e a APPA, aí, por livre e espontânea vontade não consegue indenizar essas pessoas, porque não tem um ordem judicial para isso. O dinheiro é público. Não posso escolher as pessoas com quem eu possa indenizar. Tenho que seguir esse cadastro. Por mais que tenha que fazer essa realocação, eu não consigo com relação a isso. E, também, têm aquelas que não aceitaram o acordo. O que o juiz considerou: que aquelas que não aceitaram o acordo a APPA não consegue cumprir a realocação. Porque essas pessoas são terceiros nessa ação. Para essas pessoas a obrigação da APPA em realocá-los está extinta. Porque a realocação seria um benefício para essas pessoas para saírem da área de risco, o que era para ser. Mas as pessoas querem o valor maior de indenização, ou não querem a casa, são vários aqui os fatores.

As pessoas que estão lá, ou irregularmente, na área do Estado do Paraná ou não aceitarem a indenização, já propusemos as ações de reintegração de posse. O interesse da APPA é justamente a realocação ou a retirada, dependendo do caso. Porque o Projeto é para que aquele espaço seja usado, inclusive, para pátio de caminhões para diminuir, inclusive, o fluxo na cidade e nos arredores.

MESTRE DE CERIMÔNIA: Próxima pergunta oral, do Jornalista Gilberto Fernandes, do “Jornal dos Bairros”, morador na Costeira.

JORNALISTA GILBERTO FERNANDES: Boa noite. Antes de tudo gostaria que a pessoa que me respondesse, além de se identificar, falasse a sua função e que empresa representa. Porque aqui ninguém se apresentou, no início da composição da Mesa, para podermos saber quem está falando! (Palmas)

Veja bem, da mesma forma que aconteceu com a audiência do Cais Oeste onde não teve quase nenhuma divulgação por parte da APPA, hoje todo mundo que está aqui, inclusive foi alvo de perguntas, não sabe quem é a TEPAGUÁ. A Procuradora falou é a APPA. De fato, esse livro aqui, por exemplo, dá como razão social TEPAGUÁ. Não é TEPAGUÁ. É a APPA! O CNPJ que está aqui da razão social é a APPA, não é TEPAGUÁ. TEPAGUÁ, na verdade, não existe. TEPAGUÁ é nome fantasia. O que eu queria saber? Da mesma forma como aconteceu com o Cais Oeste: por que motivo a APPA não aparece nos convites da Audiência Pública em momento algum? Aparece TEPAGUÁ. Aqui, em momento algum você também não vê a APPA. Outra coisa: por que que a APPA não aparece? E por que razão não foi dado publicidade para um projeto tão importante como esse? Não se viu uma matéria na Assessoria de Comunicação, não se viu uma matéria em parte nenhuma. Apenas, é claro, os anúncios institucionais que são obrigados a fazer em razão do EIV.

Então, por que a quase total ausência de divulgação e por que a APPA não está assumindo o empreendimento que é dela?

SR. ASSIS RIBAS (Consultoria): Boa noite senhor Gilberto, meu nome é Assis, eu tenho função até junto na parte de Auditoria e Coordenação do Estudo. Em primeiro momento, se o senhor pegar na página cinco aqui dessa Cartilha que foi entregue, aí tem o nome das pessoas da equipe e a função – Análise Integrada de Supervisão que está o meu nome ali. Eu

não sou do Porto. A equipe técnica aqui, a equipe técnica não é do Porto, a equipe técnica realizou o Estudo, o EIV. Se o senhor for na página, onde estou falando da APPA, na página seis, onde estou falando de justificativas, ali, estou falando de TEPAGUÁ e estou falando em APPA. TEPAGUÁ é o nome do Terminal Público de Álcool!

JORNALISTA GILBERTO FERNANDES: Fantasia e não razão social como aqui está escrito. Mas, tudo bem. O senhor então é do Porto, isso que eu queria entender, o senhor é da APPA?

SR. ASSIS RIBAS: Não. Quem faz o Estudo são empresas independentes, são pessoas independentes.

JORNALISTA GILBERTO FERNANDES: Mas é essa empresa que quero saber o nome! Diga o nome dessa empresa?

SR. ASSIS RIBAS (Consultoria): Entendi, tem o nome da empresa, a minha empresa é Cia Ambiental que fez esse trabalho.

JORNALISTA GILBERTO FERNANDES: Ah tá, obrigado.

SR. ASSIS RIBAS (Consultoria): Com relação à equipe técnica foi isso também. Tinha mais uma pergunta? Ah, em relação à divulgação. A divulgação da Audiência Pública seguiu os quesitos que tem no Decreto para apresentação do EIV. Tanto em jornais, tanto, digamos assim, em carros de som, em faixas de sinalização. Ela atendeu os requisitos do Decreto.

DRA. ELAINA EBERT (APPA): Mas, no Estudo, contém a informação que é a APPA. O TEPAGUÁ é uma filial da APPA. A empresa existe, é uma empresa filial, mas a APPA está presente em todos os Estudos. Inclusive o próprio projeto derivou da obrigação da APPA na Ação Civil Pública. Inclusive a realocação. A questão da divulgação é uma questão, apenas, de comunicação de cartazes. Não tem nada a esconder. O interesse é da própria APPA em fazer o Terminal funcionar.

JORNALISTA GILBERTO FERNANDES: Exatamente, se é tudo da APPA por que a APPA, isso que te pergunto, por que a APPA não aparece em momento algum? Quer no convite para a Audiência Pública, quer aqui, em parte nenhuma!

DRA. ELAINA EBERT: Não, foi só uma questão acredito de divulgação que se utilizou no EIV que era, justamente, a empresa que se referia – o TEPAGUÁ. Mas a APPA está em todo o conjunto do processo.

JORNALISTA GILBERTO FERNANDES: Bom, para encerrar a polêmica. Quero que essa pergunta seja respondida tecnicamente no meu e-mail depois, as duas perguntas, para mim pelo meu e-mail. Certo?

SR. ASSIS RIBAS (Consultoria): Perfeitamente. Está registrado e será respondido. Muito obrigado.

MESTRE DE CERIMÔNIA: Próximo inscrito é o Jornalista Aloísio Andrade.

JORNALISTA ALOÍSIO ANDRADE: Boa noite a todos. Quero parabenizar o colega Jornalista e, dentro desse tema comunicação, já que paira muitas dúvidas no ar. Creio que muita gente está com alguma dúvida com relação a todos os pontos que foram colocados. Tecnicamente a apresentação do rapaz para quem vai montar um Terminal foi excelente, eu não tenho interesse. Agora, existem alguns impactos negativos que nós, da periferia do Terminal, sofreremos. A questão principal, a presença de caminhões. O rapaz responsável pelo Sistema Viário diz que apenas 31 caminhões será o transporte que vai ocupar o ter, 31 caminhões. Diante de uma presença maciça de caminhões onde tantas empresas necessitam do caminhão, vocês, dentro do sistema segurança parece que têm um convênio que se ajudam se tivermos uma calamidade. Será que não seria interessante sentar à mesa das grandes empresas que ocupam o caminhão como ferramenta principal, trazendo prejuízo para nós, moradores, principalmente da vizinhança ali do Terminal onde as nossas

propriedades são desvalorizadas. O caminhão para quem conhece um pouquinho do mercado imobiliário, onde tem caminhão casa não vale nada. Então, somos prejudicados, independente de estarmos a 1500, 1000 metros, ou do lado da empresa.

É preciso se reunir com essas empresas e fazer uma recuperação dessa malha vária que está dentro de Paranaguá, totalmente prejudicada, e os acessos aos bairros ali, vizinhos, também prejudicados. Então, os impactos negativos não são esses que os senhores apresentam, como o monitoramento. Se você vai propor monitoramento para os teus funcionários ou aqueles prestadores de serviço, por que não reúne a comunidade e faz uma grande orientação? Onde a velocidade é, está aqui a minha senhora, que está usando uma muleta que foi vítima exatamente dessa situação na tentativa de chegar em casa. Ela que é professora, advogada. Já, também, vítima dessa situação. Onde o caminhão ele não dá sinal, ele vem com uma velocidade descontrolada. Temos problemas pontuais, também, na cidade, na questão dos semáforos principalmente, ali, dessa Bento Rocha com a Roque Vernalha, ali, pelo menos uma vítima fatal toda semana acontece um acidente.

Então será que só os seus 31 caminhões é que vão evitar o acidente amigo? Fica essa sugestão para vocês. (Palmas)

DR. CESAR L. SOARES NETO (Consultoria): Boa noite. Eu agradeço a participação e acredito que uma das funções da Audiência Pública é dar publicidade das ações, das atividades, dos impactos é justamente serem discutidas com a comunidade. Logicamente todas as manifestações estão sendo taquigrafadas e registradas. Aquelas pessoas que sentirem que não foi atendida a sua resposta, elas poderão tanto se manifestar diretamente à Prefeitura para que ela encaminhe à equipe técnica, para que a equipe técnica possa tentar responder a contento. E, certamente, há sugestões em relação como foram colocadas agora há pouco, elas serão consideradas e poderão ser implementadas. Comentei que o

Terminal Público de Álcool que é o nome do empreendimento, ele tem um Programa de Comunicação e irá implantar um Programa de Comunicação com a comunidade. Justamente para buscar esse diálogo e verificar possíveis pontos de melhorias. Porque, na verdade, a melhoria é constante. Está sendo apresentado, agora, um Estudo de Impacto de Vizinhança, com uma série de programas e medidas. Mas, daqui a um tempo, talvez seja necessário a implementação de novos programas, novas medidas. Porque estamos num processo de evolução contínua. Correto.

Em relação ao fluxo. Esse fluxo foi analisado e ele foi dimensionado em relação à movimentação. A sua sugestão em relação à análise maior de todas as empresas que se utilizam desta via pública, acredito que seja de grande valia. Certamente a Prefeitura já está fazendo, porque a Prefeitura ela notifica várias empresas em relação à participação de reuniões com o responsável pela área de trânsito do município, para buscar as melhorias constantes. Para a cidade, para os moradores da cidade e também para as empresas. Porque existe um prejuízo grande como o senhor colocou em relação à moradia, desvalorização, mas, também, existe um prejuízo para o Município, existe um prejuízo para as empresas. Porque você tem uma piora numa condição de uma via pública. Então todo um sistema de análise deve ser implementado e certamente a Prefeitura está à frente disso e já esteve e continua à frente para capitanear essa melhoria contínua.

MESTRE DE CERIMÔNIA: Muito bem, chegamos ao final dos inscritos, e nos colocamos à disposição se houver mais alguém querendo fazer pergunta.

SRA. MARILÚCIA: Oi, boa noite a todos, meu nome é Mari. Fiz uma pergunta por escrito e não foi lida. Posso fazer a pergunta? A primeira delas: a quem pertence aquele onde era a CAP? Quero saber quem é o responsável por aquele setor ali onde está todo aquele armazém todo destruído lá, quem é o responsável por aquela localidade ali?

SR. ... (Morador): Aquele monte de entulho que puseram lá.

SRA. MARILÚCIA: De quem é? É o Porto, é a Prefeitura? Quero saber quem é?

SR. BRUNO GUIMARÃES (APPA): Próximo ao Terminal de Álcool, ao lado do Terminal de Álcool?

SRA. MARI: Como quem vai para a Fospar.

SR. BRUNO GUIMARÃES (APPA): Ao lado do Terminal de Álcool. Os armazéns da Vila da Madeira são propriedade do Porto.

SRA. MARI: Porto. Então, no dia 11, na última chuva que deu. Gente, eu moro há mais de 40 anos na Vila Portuária, a rua onde eu moro é a Rua Arcésio Guimarães, nunca teve enchente. Nunca! O que aconteceu? Um dia antes da segunda chuva o pessoal do Porto teve lá, fez uma baita de uma valeta de mais de não sei quantos metros e não sei quanto de espessura, que eu tenho foto, tenho vídeo, tenho tudo. Quando deu a chuva o que aconteceu? O morro veio abaixo entrando na casa de todos os vizinhos ali, aonde muitos moradores perderam tudo. Coisa que em 40 anos nunca tinha acontecido isso naquele bairro. Temos, sim, enchentes nas transversais. Agora, na rua principal nunca houve e aqui tenho vários vizinhos que estão presentes da Vila Portuária, e viemos aqui mais para saber sobre isso. Como que fica a responsabilidade do Porto, agora, em relação à Vila Portuária? (Palmas)

DRA. ELAINA EBERT (APPA): Desculpa, como é o nome da senhora:

SRA. MARI: Mari, Marilúcia.

DRA. ELAINA EBERT (APPA): Marilúcia. Hoje a Audiência Pública se refere ao Terminal de Álcool. Essa questão ela foge do Terminal de Álcool, claro que envolve a APPA por ser uma área da APPA. O que a gente solicita à senhora que pode levar seus vídeos, suas fotos, e ir lá falar com o Porto. Porque aqui não consigo resolver os problemas que

vocês estão me falando com relação à APPA. Porque só vou responder aqui e à equipe técnica com relação ao Terminal de Álcool. Demais problemas não cabe discutir nesta Audiência Pública. A senhora pode levar lá para o Porto, fazemos o protocolo formal e conversamos. Como a senhora disse mesmo, se a APPA já foi até lá, parte de Engenharia já foi, possivelmente já estão buscando uma solução. Qualquer problema relativo à Vila Portuária que a senhora está falando pode ser levado à APPA para a gente resolver. Esta Audiência Pública aqui, hoje, não se trata disso.

SRA. MARILÚCIA: Doutora, com todo o respeito, só que no dia posterior eu estive conversando com o Felix, que ele estava lá. O Felix é lá do Porto, ele estava lá. Perguntei para ele o por quê daquilo ali se eles não iam fechar? Porque entrou na casa de todos ali. Ele falou que aquilo ali não ia ser fechado porque ele tinha que dragar tudo aquilo lá e aquilo ali não foi fechado por causa de oito casas. Ele prejudicou mais de 25 casas!

DRA. ELAINA EBERT (APPA): Veja, peço que a senhora faça essa pergunta, esse pedido formalmente para respondermos tecnicamente e não pelo que um funcionário do Porto. Porque, assim, o Felix não é engenheiro, ele não trabalha na área técnica, quem sabe isso provavelmente é a Engenharia. Então, a partir do momento que a senhora protocola seu pedido de esclarecimento lá no Porto, a gente direciona para a área responsável que vai responder adequadamente para a senhora e ver a melhor solução. Se for a APPA mesmo que estiver ocasionando algum problema para a senhora.

SRA. MARILÚCIA: Doutora, já vou aproveitar agora e já colocar, aqui, amanhã vamos ter uma reunião com o pessoal da Fospar, de outras empresas que por ali estão e gostaria muito de convidar um representante daí que possa ir lá, no nosso Bairro, amanhã, juntos para fazermos essa reunião em conjunto com vocês, porque têm muitas

dúvidas. Gostaria de fazer já, agora, esse pedido informal mesmo, mas pedir por favor que um de vocês vá nessa reunião amanhã às 17horas!

DRA. ELAINA EBERT (APPA): Vou passar a informação para a área técnica, se puderem vão sim, está bem?

-MESTRE DE CERIMÔNIA: Mais alguém?

SR. JOSÉ FERNANDO: Boa noite, meu nome é José Fernando, sou morador na Vila Portuária. Além de ser morador, eu trabalhei na obra dos tanques de álcool desde o início da obra até o término da obra. Posso dizer com propriedade que eu conheço o Terminal de Álcool. O que está em discussão, aqui, é mais a parte de segurança dos moradores ali, em relação à segurança! Nós sabemos ali que os dutos que transportam o combustível ali passam ao lado do duto da Petrobras. E havendo um vazamento ali, como já houve, né, como já disse no início da inauguração desse Terminal que tudo estaria tranquilo, que não haveria nenhum problema, houve esse problema desse vazamento e ficou o dito pelo não dito. Teve a indenização do pessoal da Vila Becker, a relocação e, na realidade, não foi resolvido quase nada! Está sendo feita agora essa Audiência Pública novamente e eu quero saber da parte de vocês, em matéria de segurança, se houver uma reincidência desse vazamento qual é a atitude de vocês? O que vocês vão tomar como atitude em relação aos moradores da região?

SR. BRUNO GUIMARÃES (APPA): Com relação à parte técnica, o acidente que aconteceu em 2009 não tem mais condições de se repetir. Porque toda parte do sistema de carregamento e descarregamento, eles ficam hoje em área impermeável com sistemas de recolhimento desse vazamento e ele é direcionado para uma área de tratamento, uma separação de água e óleo e daí ele tem uma parte de tancagem para receber todo esse produto. Ele é muito diferente do Terminal que foi construído e finalizado em 2008. Muitas adequações foram feitas a partir daquele vazamento, muito se aprendeu com aquilo e todas as

adequações possíveis foram realizadas para evitar esse tipo de vazamento. Inclusive, na época, salvo engano, o Terminal tinha um sistema de grade que cercava, hoje já é um sistema de muro. Não estou dizendo que o vazamento extrapole essa área de contenção, mas estou dizendo que em uma eventualidade, em um caso raríssimo chegasse a esse nível ele nunca chegaria à comunidade como chegou naquela ocasião. Só reforçando, todo produto que cair, se, eventualmente cair, durante o carregamento ou descarregamento, ele vai para uma área de tratamento e ele fica inteiro contido dentro do terminal, tanto da parte de tancagem como na parte dos veículos, caminhões ou a parte ferroviária.

SR. JOSÉ FERNANDO: Bom, como eu disse, anteriormente, trabalhei nesses tanques de álcool e eu sei como é o funcionamento deles lá. Como todo mundo já sabe, aqui, teve um problema na área da Petrobras que teve explosões lá e todo o sistema de segurança deles não funcionou, muito menos a parte do Corpo de Bombeiros não conseguiu conter as chamas. Eu quero dizer, se isso vier a acontecer, quais são as medidas em relação aos moradores? Porque assim como houve o vazamento anterior, só não houve um risco de explosão porque, graças a Deus, não teve nenhum incêndio, não teve risco de fagulhas no momento, mas, se tivesse, toda aquela área lá estaria condenada. Eu posso dizer, com propriedade, que eu conheço aqueles tanques de álcool porque trabalhei ali, desde o início dela até o término da obra. Se houve melhorias daqui para frente creio que isso aí não vai resolver o problema que pode acontecer no futuro. Todo o sistema de segurança, de bomba, jateamento de água, contenção, essas contenções toda vida elas foram blocos, elas foram construídas com blocos e não com 'paletes' como você disse anteriormente. Eu conheço aquela região desde o início da obra até a data do vazamento que vazou, eu acompanhei, eu estava lá no momento, minha mãe mora próximo também. Então, nós estamos ali próximo a uma bomba atômica, praticamente, porque o duto da Tecpar como o da Petrobras passam lado a lado, esse é um risco permanente que nós vivemos. Quero saber qual é a atitude de vocês em

relação a esse tipo de segurança? Qual a garantia que vocês vão dar para os moradores que vão permanecer na região, qual a garantia de segurança que vocês vão dar para eles?

SR. BRUNO GUIMARÃES (APPA): Eu vou te responder da parte técnica que agora eu entendi que você estava falando do acidente que aconteceu no cais. Depois vou passar para a Elaine e ela vai falar da parte das famílias.

Com relação a essa parte de emergência que se deu, que você está se referindo à parte da Petrobras, na verdade, Cattalini na explosão do navio. Naquela época o tempo de resposta, a equipe, o plano de emergência eram muito diferentes do que se tem hoje, acabei comentando isso antes. Mas, hoje os planos de emergência já preveem um cenário idêntico ao do Vicuña que foi o que aconteceu naquela época. Hoje só o Plano de Emergência da APPA é capaz de fazer o atendimento a um navio daquele, mas ainda existe um plano superior que é o Plano de Área. Então seria a união de todas as empresas para fazer esse atendimento. Hoje, para quem tem acompanhado as mídias, recentemente o Porto inaugurou um Centro de Proteção Ambiental. É um prédio que foi construído só para emergências ambientais, ele fica em cima do cais, o nosso tempo de resposta hoje é baixíssima, em torno de 15 a 30 minutos estamos conseguindo fazer as respostas, o início das respostas, o que naquela época chegou a demorar 10 dias para acontecer. Então, os cenários são totalmente diferentes, a situação hoje muito se evoluiu. Todas as emergências que acontecem e que acabam virando referência, isso acaba virando um ponto de partida para a evolução. Essa gestão do Porto é muito preocupada, principalmente com essa parte ambiental e de emergências. Hoje o Porto tem uma equipe dedicada, 24 horas para atendimento de emergências. Hoje o Porto tem uma equipe de prontidão para atendimento à fauna. Hoje o Porto tem uma base especializada em cima do cais, como te falei, tem mais de 4 embarcações, tem veículos, tem uma série de equipamentos para fazer

esse atendimento. Então, com relação à parte técnica posso te dizer que você pode se sentir seguro com relação ao atendimento que hoje estamos entre os melhores do país no atendimento de emergências ambientais com vazamento de hidrocarboneto, óleo e produtos químicos. Tudo isso devido ao grande investimento que o Porto tem feito nessa parte de emergências, muito em razão de todos esses acidentes que aconteceram no passado. Agora, só para complementar a resposta, vou passar para a Elaina com relação à parte das famílias.

DRA. ELAINA EBERT (APPA): Como o Bruno falou, essa questão da proteção das famílias é englobado em todo esse processo: no cumprimento das normais, nas Licenças Ambientais, no Impacto de Vizinhança que a gente estava conversando hoje e através dos Planos. Esse Plano de Área engloba que todas as empresas acontecendo alguma coisa estarão lá, mas esse risco é mínimo frente ao que foi exposto aqui. Mínimo com relação ao vazamento de álcool que está sendo discutido aqui. Essa parte técnica, como o Bruno explicou, tem toda contenção do vazamento de álcool, o piso está impermeabilizado, é nesse sentido e que daí temos os planos de proteção. Agora, se eventual vazamento de álcool com relação às famílias que estão lá, isso tem que ser visto no local, vão ter os órgãos fiscalizadores da APPA, os Órgãos Ambientais. É como aconteceu na Vila Becker, foi levantado um prejuízo e foi feito com que a APPA fosse obrigada a indenizar as pessoas.

SR. BRUNO GUIMARÃES (APPA): Só deixa eu fazer uma correção. Quando a Elaina falou em mínimos ela quis dizer que o risco é hoje controlado, ele é estudado, é diferente do que era no passado. Então, assim, os riscos existem, mas hoje foram feitos estudos por especialistas que avaliaram toda essa condição do risco e hoje o risco dá para se dizer que é controlado, conhece o risco e tem todo o pessoal e equipamentos para fazer um atendimento em uma situação de emergência.

O que eu te digo é que hoje o Porto possui os estudos, os planos de emergência que são encaminhados para Órgãos Ambientais, eles são

avaliados e são aprovados. Então não é, simplesmente, escrever um documento e manter um papel. Hoje existem pessoas especialistas em Órgãos Ambientais que fazem essa avaliação, que dão essa certificação, que dizem que esse produto “sim, ele atende as normas”, “sim, ele respeita as normas” e que o Porto tem um preparo para fazer o atendimento a essas emergências. Então, assim, além de ter um responsável técnico, que todos os planos de emergência possuem alguém que assina esse plano de emergência e essa pessoa responde por ele. A responsabilidade do Porto é fazer cumprir o que está no Plano de Emergência. Se o Plano de Emergência foi elaborado corretamente, e foi elaborado, corretamente, porque assim a gente entende pela aprovação dos Órgãos Ambientais, cabe ao Porto cumprir esse Plano de Emergência e isso sim é responsabilidade do Porto.

DRA. RENATA: Boa noite, meu nome é Renata, sou Advogada Ambiental do Porto. Gostaria de complementar o que já foi explicado, mas, talvez, o que eu sinto de preocupação da população é o que aconteceria, quais seriam as atitudes da APPA no caso da ocorrência de um risco, se a gente tiver uma explosão, um vazamento, o que vai acontecer? Hoje existe a Coordenação da Defesa Civil que ela é sempre conduzida pelo Corpo de Bombeiros até temos uma representante aqui, o Corpo de Bombeiros é responsável em um caso de acidente de grande monta. Digamos que tenhamos um acidente muito grande, quem vai coordenar a retirada das famílias do local é o Corpo de Bombeiros com o auxílio de todas as empresas que atuam na área. Esses Planos que estamos explicando a todo momento, o Plano de Emergência Individual, o Plano de Área, são documentos que falam o que cada empresa vai fazer se acontecer um acidente. Quando eles falam Plano de Emergência Individual, o que é um Plano de Emergência Individual? O que a empresa vai fazer em um caso de um acidente. O que é um Plano de Área? A soma das empresas, o que ela vai fazer se acontecer um acidente? Quem vai coordenar isso? Existe um grupo que será coordenado pelo Corpo de Bombeiros, pela Marinha, pela APPA, que é a

autoridade portuária, pelas empresas. Então, o conjunto de todos esses órgãos, de todas essas autoridades que vai auxiliar na retirada da população se tiver um risco ambiental. Vocês lembram o último caso que tivemos em 2010 que teve aquela enchente em Morrentes, o que aconteceu? Criou-se um grupo da Defesa Civil, foi a Marinha, foi todo mundo atuar para minimizar os impactos daquela população. É isso que vai acontecer se voltar a acontecer um risco, uma situação de emergência e é essa toda a preocupação que está tentando se passar é que as empresas hoje, diferente do passado, possuem estratégias para salvaguardar, em primeiro lugar, a vida de todos vocês. A intenção é que se acontecer qualquer problema, a população é a primeira que será atendida no conjunto de todas as empresas sob coordenação da Defesa Civil, Corpo de Bombeiros, Marinha, autoridade portuária que é a APPA. Isso que nós gostaríamos que vocês ficassem realmente tranquilos, porque existem muitos estudos para auxiliar a proteção no caso de um acidente.

O SR. PAULO SÉRGIO: Nós não estamos questionando aqui, natureza, você falou em Morretes, natureza é uma coisa. Nós estamos questionando, aqui, uma empresa aonde ela vai por é um Terminal, damos graças por vocês trazerem esse Terminal aqui. Mas também queremos segurança se vão por um Terminal aqui! Estamos falando em responsabilidade se por acaso haver um dano físico ou material, esse é o problema, se a empresa possui um seguro. Tem que resguardar esse pessoal, por exemplo, que perdeu ali, semana passada, ninguém se responsabilizou, ninguém teve essa responsabilidade de dizer assim – não, eu fui responsável. Não estamos falando em natureza, Morretes é natureza. Estamos falando em empresa que vai se estabelecer aqui e queremos que tenha um respaldo, um respaldo de um seguro que resguarde esse pessoal. Agora, questionando a doutora Elaine referente à retirada do pessoal da Becker. O que tenho a dizer para a senhora. O Porto chega no local, essa cidade aqui está repleta, agora está contido, mas ela está com vírus da chikungunya, com vírus da dengue. O Porto

me quebra várias casas, desde 2007, aonde ela chega aqui, quebrou, virou a casa, tudo bem! Nós temos um surto de doença nessa cidade onde essa Prefeitura gastou muito dinheiro! Muito dinheiro com esse problema! Agora o grupo que combate a dengue chega na tua casa e diz – “Ah, vire esse copinho de cerveja ou as tampinhas”. Agora o Porto me vem e me quebra tudo e deixa no mato que nem a guria falou ali, a mulher do nosso colega Caqui, a Mari, me deixa tudo revirado e me chega um representante do Porto, o senhor Felix, e diz que o Porto não tem o dever de limpar e deixar que nem deixou lá em cima. Por que que lá em cima deixou certinho, aplainou e lá embaixo aonde estão essas famílias, foi retirada essas famílias, não fez esse trabalho? Pergunto por que que lá embaixo... está certo, tiraram o pessoal da Becker, ainda tem um grupo, mas ainda tem a Vila Portuária, tem a Vila Guarani, isso representa um risco para a saúde das nossas crianças, das pessoas de idade, até para os próprios representantes da pró álcool ou algum membro que esteja trabalhando por ali! Eu pediria para o Porto saber que estamos olhando, estamos olhando a atitude deles, eles estão sendo irresponsáveis com essas famílias que estão aqui. Porque se fossem responsáveis mesmo faziam o que fizeram lá em cima, aplainou, deixou bonitinho, deixou livre. Vocês sabem que quando se quebra um quadrado, você deixa uma piscina. Então, temos mais de 300 casas derrubadas em nome do Porto e não se fez uma limpeza adequada. Pode me explicar o por quê não foi feito e foi feito lá em cima? Obrigado!

DR. CESAR L. SOARES NETO (Consultoria): Boa noite. Agradeço muito a sua manifestação. Mas esta Audiência Pública tem uma finalidade que é o Estudo de Impacto de Vizinhança do Terminal. Essas questões estão registradas e serão respondidas pelos órgãos competentes e não só a APPA, como a Prefeitura e, assim por diante, e serão encaminhadas ao senhor. Se o senhor puder se identificar e colocar uma situação. O Estudo de Impacto de Vizinhança não tem a finalidade de discutir essa situação e nós, aqui, estamos neste evento para tratar de um objeto específico. Eu agradeço a sua participação, se o senhor quiser só

colocar uma identificação para uma resposta formal ao senhor. Ah, já fez a pergunta. Então, por favor, só aponte para que possamos fazer uma resposta formal, correto? Muito obrigado.

SRA. SANDRA: Eu tenho uma pergunta para fazer. Meu nome é Sandra, moro na Vila Alboitt. Estamos ali também trancados de caminhão, estamos com enchente, estamos sentindo cheiro de gás da Petrobras, sentimos cheiro de tanta coisa nesse bairro e mais álcool agora, mas, tudo bem. Eu quero saber qual de vocês mora na redondeza, daí da bancada, se vocês conhecem nosso bairro, nossa cidade direito e se vocês têm família nessa redondeza? Porque diz que tem tanta segurança, então gostaria que vocês mudassem para cá, morar perto de nós também. É essa a pergunta.

DR. CESAR L. SOARES NETO (Consultoria): Obrigado pela sua pergunta. Só colocando alguns pontos, o Terminal Público de Álcool é um Terminal Público pertencente ao Estado do Paraná, ele está vinculado à APPA, correto? Esse Estudo, o Estudo de Impacto de Vizinhança, é realizado por uma equipe de profissionais independentes, correto? O Luís, que é o Sociólogo, ele, efetivamente, andou por toda a região, talvez muitos de vocês conheçam o Luís. Agora, os funcionários que já estão trabalhando no Terminal, todos são de Paranaguá, e todos moram perto ou na região ou no Município, todos os funcionários que lá estão, correto? Volto a falar, a equipe que faz o Estudo, ela fez o Estudo e apresenta o Estudo, essa equipe é independente, está certo? E ela, não obrigatoriamente, reside e mora. Ela faz o Estudo e apresenta os questionamentos. O Terminal Público de Álcool esse, sim, é do Estado do Paraná, da APPA. Os funcionários da APPA em sua grande maioria são de Paranaguá e residem em Paranaguá, correto? Essa a ponderação que gostaria de fazer para a senhora. As pessoas aqui nem todas moram em Paranaguá, mas dessa mesa aqui 40% residem em Paranaguá. Ok? Muito obrigado.

MESTRE DE CERIMÔNIA: Acho que podemos fazer o último questionamento e em seguida encerramos.

SRA. CÍCERA: Boa noite, meu nome é Cícera, moro na Vila Becker. Você falou que vai entregar com reintegração de posse para as pessoas que não aceitaram nem o dinheiro e nem a casa. Vocês foram lá fazer uma avaliação das casas? Não! Só se foi pelo drone! Porque na minha casa ninguém foi fazer uma avaliação. Vocês estão pagando 75 mil por uma casa, por um barraco que tem um quarto, e por uma casa que tem oito cômodos como a minha, por 75 mil. O que vou comprar com 75 mil? Um barraco lá, no mangue, para daqui uns dias vocês me tirarem de novo? Eu estou lá, vocês vão entrar com reintegração de posse, vão matar eu e minha família porque eu não vou sair por 75 mil! Vocês têm que avaliar as casas que têm lá! Porque uma casa com um cômodo e uma casa com oito cômodos ter o mesmo valor? Isso não! Vocês têm que saber, uma casa de 75 mil é um barraco! Eu vou comprar o que com 75 mil? Uma casa? Não tenho condições de comprar uma casa de 75 mil! Vão entrar com reintegração de posse! Entrem! Sabendo que não sou eu que vou ficar ali, vai muitas famílias ficar ali ainda porque não aceitam o mesmo! Mandei avaliar a minha casa, mandei avaliar. Não é isso que vocês falam que é 75 mil! Nós entramos em um acordo, façam uma casa do tamanho da minha ou comprem uma casa do tamanho da minha que eu saio, não levo uma telha dali, porque não quero comprar um terreno e levar a telha, sair feito uma molambenta levando telha, levando pau, levando sei lá... não! Eu quero que vocês resolvam isso! (Palmas)

DRA. ELAINA EBERT (APPA): Só esclarecendo, os 75 mil não foi fixado pela APPA, mas, pelo juiz no Processo através de uma avaliação judicial. E quando está se oferecendo 75 mil ninguém está sendo obrigado a aceitar os 75 mil, até porque muitas pessoas acham, sim, e valem, têm muitas casas que valem mais, mas é que a ideia não era comprar a casa e, sim, fazer a realocação. Mas, aí, nessa ação que eu falei que estamos

propondo com as pessoas que estão lá, é justamente para decidir, para que o juiz decida sobre isso. O juiz vai decidir nessa ação se a senhora teria o direito ou não de receber mais ou menos, não a APPA. Então, esses 75 mil não foi fixado pela APPA e nem partiu da avaliação das casas, foi o valor que valeria numa casa de avaliação no Porto Seguro. Então, por isso foi o que o juiz determinou, a APPA não decidiu qualquer valor.

MESTRE DE CERIMÔNIA: Muito bem, assim damos por encerrada essa apresentação do EIV, Estudo de Impacto de Vizinhança, ao mesmo tempo informamos que eventuais questionamentos que não foram dirimidos nesta Audiência poderão ser encaminhados, por escrito, para a nossa equipe que serão devidamente respondidos. O Terminal Público de Álcool do Paranaguá agradece a presença de todos. Boa noite.

(Audiência Pública Taquigrafada por Maria Elisa Rebello – Taquígrafa Juramentada)

Assina: Maria Elisa Rebello – Rg – 2050.232-0 – Curitiba/Paraná